brasileiros entre os anos de 2010 a 2020. Os participantes foram brasileiros de ambos os sexos de 0 a 80 anos que foram casos confirmados e notificados no SINAN. As variáveis analisadas foram: regiões brasileiras, anos e número de casos confirmados. As variáveis foram analisadas por meio da estatística descritiva.

Resultados: Durante o período analisado, foram registrados um total de 1.977 casos confirmados de febre maculosa no Brasil. Observamos variações no número de casos ao longo dos anos, com um pico de 274 casos em 2019. A Região Sudeste apresentou o maior número de casos, totalizando 1.427, seguida pela Região Sul (472) e Região Nordeste (38). As regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram menor número de casos, com 7 e 33, respectivamente.

Conclusão: A febre maculosa continua sendo um desafio de saúde pública no Brasil, com variações no número de casos ao longo dos anos e uma distribuição geográfica desigual. A concentração de casos nas regiões Sudeste e Sul corrobora com a literatura e ressalta a importância de medidas de controle do vetor e de educação em saúde nessas áreas. No entanto, é necessário melhorar a vigilância epidemiológica e a qualidade dos dados notificados, a fim de obter uma visão mais precisa da situação da febre maculosa no país e direcionar estratégias de prevenção e controle mais eficazes.

Palavras-chave: Febre Maculosa Epidemiologia Brasil

https://doi.org/10.1016/j.bjid.2023.103121

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DOS CASOS DE SÍFILIS GESTACIONAL NO BRASIL NO PERÍODO DE 2012 A 2021

Pedro Henrique Nunes Barra[a,*], Clara Bunge Reis[b], Murilo Santos Temponi[c], Sara Silveira Lopes Ribeiro Benjamin[d], Ana Carolina Maia Alfonzo[d], Milena Roberta Freire da Silva[e]

[a] *Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde de Juiz de Fora (FCMS), SUPREMA, Juiz de Fora, MG, Brasil;*
[b] *Universidade Salvador (UNIFACS), Salvador, BA, Brasil;*
[c] *Universidade de Rio Verde (UniRV), Rio Verde, GO, Brasil;*
[d] *Centro Universitário Municipal de Franca (UNI-FACEF), Franca, SP, Brasil;*
[e] *Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil*

Introdução: A sífilis é uma infecção sexualmente transmissível causada pela bactéria Treponema Pallidum. A taxa de detecção de sífilis em gestantes elevou-se 3,6 vezes quando comparados os anos de 2011 e 2017. Até o momento, existem poucos estudos que comparam a epidemiologia entre as regiões do Brasil. O objetivo foi analisar os dados epidemiológicos dos casos notificados de sífilis gestacional no Brasil.

Metodologia: Estudo epidemiológico observacional do tipo análise de série temporal, a partir de dados extraídos do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) e originários do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS). Os participantes selecionados foram mulheres, grávidas, brasileiras, diagnosticadas com sífilis no período de 2012 a 2021. Ademais, foram selecionadas regiões de notificação, ano de diagnóstico, faixa etária, escolaridade e classificação clínica, analisadas por meio de estatística descritiva.

Resultados: Foram registrados 395.483 casos de Sífilis Gestacional (SG). O Sudeste foi a região com maior notificação de casos (46,38%) e o Centro-Oeste com a menor (8,09%). Houve um aumento de 105,22% no número de casos notificados no ano de 2012 (29.919) comparados com 2020 (61.402), sendo 2018 o ano com maior número de casos (63.250). A maior frequência foi observada em gestantes que apresentavam da quinta a oitava série do ensino fundamental incompleta, em todas as regiões, exceto no Sudeste, no qual as gestantes com ensino médio completo foram as mais acometidas (20,04%). A faixa etária mais afetada foi a de 20 a 39 anos (71,90%). A Sífilis Latente (SL) foi a mais comum (31,92%), seguida da Sífilis Primária (SP) (27,93%). Entre as regiões, a SP foi mais comum no Norte (43,75%), Nordeste (30,16%), Sul (31,94%) e Centro-Oeste (28,03%) e a SL no Sudeste (40,95%).

Conclusões: Observou-se um aumento significativo no número de casos de SG no Brasil, sendo a região Sudeste responsável por quase metade da totalidade dos casos. Além disso, o Sudeste apresentou uma maior ocorrência de SL e em gestantes com grau de escolaridade mais elevado, diferentemente do encontrado nas demais regiões, onde predominou a SP e em gestantes com baixo grau de escolaridade. Os achados estão em conformidade com a literatura, exceto a maior ocorrência de SL em comparação com a SP, que difere do encontrado em outras publicações. Uma possível explicação para esse fato é o grande número de casos de SL presentes no Sudeste.

Palavras-chave: Sífilis Gestacional Análise epidemiológica Brasil

https://doi.org/10.1016/j.bjid.2023.103122

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DOS CASOS NOTIFICADOS DE SÍFILIS CONGÊNITA NO ESTADO DO AMAPÁ DE 2020 A 2022

Paulo de Oliveira Neto[a,*], Carolline Alves Ibiapino[a], Denise Tavares Camara do Nascimento[b], Higor Netto Roizenblit[c], Gabriela Gonçalves de Medeiros Dela Bianca[d], Pedro Arthur Gonçalves de Medeiros Dela Bianca[e], Alex André Lelis da Costa[a], Arieta de Souza Barros Vales[a], Emanuelle Portal Moraes[a], Thaiane dos Santos Oliveira[a]

[a] *Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, AP, Brasil;*
[b] *Universidade Potiguar (UnP), Belo Horizonte, MG, Brasil;*
[c] *Faculdade São Leopoldo Mandic, Araras, SP, Brasil;*
[d] *Centro Universitário Facisa (UNIFACISA), Campina Grande, PB, Brasil;*
[e] *Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, PB, Brasil*

Introdução: A sífilis congênita é uma infecção resultante da transmissão da sífilis materna, causa pela bactéria

Treponema pallidum para o feto e tende a cursar com complicações como abortamentos, surdez, cegueira, más formações fetais e morte do feto. No amapá, ainda há poucos estudos sobre essa condição e entendendo a importância de conhecer a distribuição destes casos, se faz necessário conhecer o perfil epidemiológico envolvido nessa patologia.

Métodos: Estudo epidemiológico observacional do tipo análise de série temporal, realizado por meio da análise de dados extraídos do Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DVIAHV) e os selecionados foram as gestantes, independente da faixa etária, com sorologia positiva para sífilis das quais também houve o exame positivo no neonato. As variáveis analisadas foram: faixa etária, escolaridade, realização de pré-natal, momento do diagnóstico, esquema de tratamento da gestante, evolução, e óbitos por meio de estatística descritiva.

Resultados: Observaram-se 1.142 casos de sífilis diagnosticada em gestantes no período analisado, sendo que 520 (45,53%) culminaram na infecção do feto pela sífilis. Dentre essas, houve predomínio da faixa etária entre 20-29 anos com 289 casos (55,57%) com maiores taxas em pardas 453 (87,11%) e com ensino médio incompleto 106 (20,38%) sendo que 354 gestantes (68,07%) realizaram o pré-natal e o momento de maior diagnóstico da sífilis materna foi no parto/curetagem 264 (50,76%) e o esquema de tratamento materno em 439 pacientes (84,42%) foi inadequado. Ademais, 57 dos casos (10,96%) evoluíram com natimorto por sífilis.

Conclusão: Os resultados reforçam a relação do contato com as Infeções Sexualmente Transmissíveis (IST) com a baixa escolaridade, ao passo que a desinformação da saúde sexual entra como um fator que corrobora para o contato com as IST antes ou durante a gestação. Não só isso, como também, as políticas de diagnóstico e tratamento realizadas no pré-natal apresentam fragilidades haja visto que, em grande parte das pacientes, o diagnóstico da sífilis materna foi tardio mesmo com o pré-natal. Condição está, sobretudo por um possível tratamento ineficaz que por vezes deixa de englobar a parceria da gestante, o que cursa com a possibilidade de reinfecção e permanência da bactéria para transmissão. Desse modo, é de suma importância uma maior ênfase na saúde sexual da gestante desde a atenção primária de saúde.

Palavras-chave: Sífilis Congênita Transmissão Vertical de Doenças Infeccio Infecções Sexualmente Transmissíveis Morte Fetal

https://doi.org/10.1016/j.bjid.2023.103123

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DOS PACIENTES COM LEPTOSPIROSE NO ESTADO DE ALAGOAS DE 2018 A 2022

Eclésio Batista de Oliveira Neto*,
Esther Mendonça dos Santos, Jaim Simões de Oliveira

Universidade Tiradentes (UNIT), Maceió, AL, Brasil

Introdução/Objetivo: A leptospirose é uma doença endêmica no Brasil de notificação compulsória, sendo uma doença sistêmica causada por bactérias do gênero Leptospira sp., é transmitida ao homem por meio do contato indireto com coleções de água ou solo contaminado, ou, por contato direto com animais infectados e por via transplacentária. O objetivo deste estudo é analisar o perfil demográfico e epidemiológico dos pacientes diagnosticados com leptospirose no estado de Alagoas (AL), levando em consideração os fatores de risco associados à doença.

Métodos: Foi realizado um estudo epidemiológico descritivo e retrospectivo com dados do Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN) via DATASUS, avaliando o perfil demográfico dos pacientes com leptospirose no estado de Alagoas entre 2018 e 2022. Utilizando-se das seguintes variáveis: UF de residência, Idade, Casos Confirmados, Critério de confirmação, Ano de notificação, Doença relacionada ao trabalho e Escolaridade. Além disso, realizou-se uma pesquisa na base de dados MEDLINE/PubMed nos últimos 5 anos, com a estratégia de busca: "Leptospirosis AND Brazil". Dessa forma, sendo excluídos os artigos que focam em animais. Mantendo-se os artigos 8 condizentes com os objetivos e critérios do trabalho.

Resultados: Observou-se que a incidência no estado de AL é de 258 casos durante esse período: 2018 (53 casos); 2019 (58 casos); 2020 (31 casos); 2021 (28 casos), tendo o número de casos aumentado em 2022 (86 casos). Desses casos, 118 foram confirmados através de critérios clínicos-laboratoriais e 136 foram confirmados por critério clínico-epidemiológico. Os principais municípios de residência acometidos foram: Maceió (146) e União dos Palmares (20). A faixa etária mais acometida é de 20-39 anos com 116 casos, seguido de 40-59 anos com 76 casos. O número de casos se apresentou maior no meio urbano com 196 casos em comparação com a zona rural (27 casos). Os meses de maior notificação corresponderam aos de junho (61 casos), julho (39 casos) e agosto (39 casos). Ademais, 37 casos estão relacionados às condições ocupacionais e apenas 24 dos acometidos tinham o ensino médio completo.

Conclusão: Em suma, os principais grupos de risco identificados para a leptospirose em AL são os que residem em áreas urbanas, pertencem à faixa etária de 20-39 anos, possuem ocupações que aumentam a exposição à doença e têm um nível educacional mais baixo.

Palavras-chave: Leptospirose Epidemiologia analítica Leptospira

https://doi.org/10.1016/j.bjid.2023.103124

ANÁLISES GENÔMICAS DE CEPAS ATOXIGÊNICAS DE CORYNEBACTERIUM DIPHTHERIAE ISOLADAS DE LESÕES CUTÂNEAS NO BRASIL

Fernanda Diniz Prates[a,*], Flávia Figueira Aburjaile[b],
Diego Lucas Neres Rodrigues[b],
Marcus Vinícius Canário Viana[b],
Lincoln de Oliveira Sant'Anna[c],
Vasco Ariston Carvalho Azevedo[b],
Louisy Sanches dos Santos[c],
Max Roberto Batista de Araújo[a]

[a] *Instituto Hermes Pardini S.A., Rio de Janeiro, RJ, Brasil;*